

Ata da Reunião Ordinária do CERMA/PR – 14/04/2016

No décimo quarto dia do mês de abril de dois mil e dezesseis, às 9h00, quarto andar, ala A, do Palácio das Araucárias – Rua Jacy Loureiro de Campo s/n, nesta Capital, foi realizada a Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR. Fizeram-se presentes, conforme convocação prévia: **Governamentais:** **Fátima Ikiko Yokohama** (SEJU), **Lucimar Godoy** (SESA), **Katyani Ogura da Silveira** (Casa Civil), **Tamara Zazera Rezende** (SEDS), **Marcia Leonora Dudeque** (SEED) e **Paulo Henrique Mariano** (SETI). **Sociedade Civil:** **Sueli de Castro Gomes** (ARAS/Cáritas Maringá), **Laurette Bernardin** (ASHBRA), **Márcia Terezinha Ponce** (Cáritas Arquidiocesana de Londrina), **Ozeil Moura dos Santos** (Centro de Integração Social, Cultural, Comercial e Turístico – Afro-Brasileiro), **Mariana Bassoi Duarte da Silva** e **Cesar Rosário Fernandes** (Conselho Regional de Psicologia), **Elizete Sant’anna de Oliveira** (Serviço Pastoral dos Migrantes – SPM) e **Marcos Stier Calixto** (Centro de Apoio ao Estrangeiro no Brasil). **Colaboradores/Convidados:** **Douglas Rodrigues da Silva** (Ministério Público Federal), **Louise Rocha Raymundo** (SEJU), **Martha Toledo** e **Monique Medeiros** (Instituto de Reintegração do Refugiado – Brasil) e **Claudia Hoffmann** (CAOP – DH/MPPR). **Justificativa de Ausência:** Vladimir Luiz de Oliveira e Igor da Silva Fortunato (SESP), Darli Machado Santana (SEEC), Ilson Augusto Rhoden e José Jorge Tobias de Santana (SEET). **1º – Abertura:** A Presidente Katyani saudou a todos presentes e deu início às discussões. **2º – Aprovação da Pauta:** Antes do começo da discussão acerca das Comissões, a Presidente leu a pauta e solicitou que fosse ajustada, passando para a parte da manhã a aprovação da pauta e da ata, além da exposição do Dr. Ozeil a respeito da Audiência Pública realizada na sexta-feira anterior à reunião. **3º – Aprovação da Ata:** A Ata foi encaminhada aos Conselheiros por e-mail e posta em discussão na reunião. O Conselheiro Ozeil informou que já enviou à Secretaria-Executiva algumas alterações que serão encaminhadas aos demais Conselheiros via e-mail para que tomem conhecimento e aprovelem desta forma. **4º – Informes:** A Secretária Executiva informou que a Conselheira Lucimar, da SESA, se atrasou para a reunião devido a viagem de trabalho e a sua suplente está de licença. Ainda, Vladimir, da SESP, teve problemas de saúde e seu suplente estava de plantão. Darli, da SEEC, pediu substituição no Conselho e Ilson, SEET, já estava participando de outra reunião. A Presidente explanou que pedirá ao Diretor Geral da Casa Civil para que se faça um encaminhamento direto para que se tenha o Titular e o Suplente estejam disponíveis nos dias das reuniões, pois a ausência de ambos prejudica o Conselho. A Conselheira Tamara avisou que esta é a última reunião em que ela fará parte como representante da SEDS, haja vista que se afastará da Secretaria para se dedicar ao Mestrado. **5º – Planejamento da Vídeo Conferência:** A Presidente propôs prosseguir a reunião até as 13h00, adiantando assim as apresentações e, ao final, encerrar-se-ia a reunião, deixando para o próximo encontro as questões

**Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR**

35 pertinentes à videoconferência. **6º – Relato da Audiência Pública:** O Conselheiro Ozeil cumprimentou a
36 todos e desabafou que há 20 anos acompanha as Audiências Públicas, mas que nenhuma foi como esta,
37 vista como um desastre e caos geral. Além disso, não foram apresentadas propostas para discussão, tal
38 como não houve foco no assunto a ser debatido. Ozeil contou que as propostas que conseguiram elencar
39 foram aquelas encaminhadas posteriormente pelo próprio Conselho. A Presidente agradeceu o relato do
40 Conselheiro e a sua representação na Audiência. O Conselheiro do Conselho Regional de Psicologia,
41 Cesar, também esteve na Audiência e concordou com Ozeil quanto ao desastre ocorrido e citou que isso
42 pode dar uma dimensão do desafio a ser enfrentado no cotidiano do militante, em relação a esse
43 segmento. Além disso, ele comentou a respeito da potência daquele espaço, que reuniu representações
44 muito positivas, como representantes de políticas de trabalho, de assistência social, educação, sendo em
45 nível nacional e regional. Falou também, que sentiu falta de um espaço para que o representante
46 governamental do CERMA pudesse falar, uma vez que, com apenas uma fala, a participação do
47 Conselho ficou restrita. Então, o Conselheiro Cesar sugeriu que o próprio CERMA propusesse uma nova
48 audiência sobre esse tema, reivindicando que se faça aquela representação das entidades que estavam
49 lá, por ser importante envolvê-las. Contrapondo a colocação do Conselheiro Cesar, Ozeil contou que os
50 27 itens que foram apresentados podem ser resolvidos com os órgãos do Governo do Estado, sendo que
51 apenas três ou quatro itens são questões diplomáticas do Haiti, tomando uma proporção Federal. Dessa
52 forma, não é necessária mais uma Audiência Pública, concluindo-se que haverá maior celeridade em se
53 resolver as questões do Haiti se elas forem tratadas diretamente com Órgãos Federais ou
54 Governamentais. César agradeceu a pontuação de Ozeil, mas afirmou que a audiência não seria
55 exclusiva para debater algum ponto específico da política sobre o Haiti, mas sim para se discutir acerca
56 de todos os assuntos acumulados no CERMA e nos espaços de controle social. Além disso, ele ressaltou
57 a importância de se fazer nos mesmos moldes, no sentido de ter uma representação também da esfera
58 Federal, uma vez que os problemas não se resolvem apenas no âmbito Estadual. A Conselheira Fátima
59 complementou a fala de Ozeil, colocando mais alguns pontos que a preocuparam na Audiência. Ela
60 comentou que, do ponto de vista da organização do evento, a assessora da Senadora Gleisi Roffmann
61 solicitou à SEJU e ao Cônsul Ozeil o nome e contato de todas as instituições do Paraná que trabalham
62 com migrantes e refugiados, para que os convites pudessem ser encaminhados. Além disso, ela entende
63 a Audiência Pública como um espaço de direito para o pronunciamento de toda e qualquer instituição,
64 sociedade civil organizada ou não organizada. Mas, de fato, o momento histórico pelo qual o Brasil está
65 passando faz com que essa confusão aconteça, como foi visto. Fátima comentou também que para que a
66 condução da Audiência pudesse acontecer, sem violência maior do que a já implantada, houve uma
67 inversão de papel de apresentações, causando confusão sobre qual representante teria a fala seguinte,
68 se a Senadora ou o Presidente do Conselho de Direitos Humanos. Em suma, a Conselheira afirmou que

[Palácio das Araucárias](#)

Rua Jacy Loureiro de Campos s/n, Térreo – Centro Cívico

Fone: [41\)3221-7243](tel:(41)3221-7243) / [3221-7249](tel:3221-7249) - CEP 80530-915 - Curitiba/PR

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR

9
10
69 no primeiro momento, a maior preocupação era fazer com que a audiência não fosse cancelada, por se
70 tratar de um evento legítimo e muito bem representado. Mais que isso, ela comentou sobre a sua
71 felicidade em observar que todos os Ministérios convidados estavam presentes à mesa, o que não
72 acontece nem nas Audiências em Brasília. Fátima falou a respeito da redução do tempo de cada fala, de
73 20 para 10 minutos, o que obrigou a reformulação das falas na hora. Ela citou o Ministério do Trabalho,
74 que apresentaria o que estão fazendo de fato quanto às Políticas Públicas e que o Estado e os
75 Municípios poderiam acessar esse equipamento, e o Ministério da Justiça, que apresentaria uma série de
76 questões ligadas ao que estão realizando, uma vez que o Sr. João Guilherme Granja é diretor do
77 Departamento de Políticas para Estrangeiros. A Conselheira Fátima informou que, no ano passado, não
78 conversaram muito com as Instituições, mas iniciaram uma discussão junto com a Secretaria Estadual da
79 Família e Desenvolvimento Social e a Secretaria Nacional de Justiça (MJ), sobre a criação de um Centro
80 de Referência Estadual, pensando em um acolhimento emergencial para que o migrante possa
81 inicialmente se organizar. O projeto foi elaborado e apresentado ao Ministério da Justiça, sendo o
82 primeiro Estado a levar um projeto que, de fato, apresente uma proposta na perspectiva dos Direitos
83 Humanos. Por outro lado, Fátima se surpreendeu quando, em dezembro de 2015, a SEJU recebeu um
84 convite para a inauguração de um Centro de Referência em Santa Catarina, sendo que o Paraná, que já
85 estava com o projeto todo pronto, não obteve nenhum retorno do Governo Federal. Isso foi discutido
86 posteriormente com a Senadora Gleisi Hoffmann, com o Deputado Tadeu Veneri, com o João Guilherme
87 e também com o Ministério do Trabalho e do Desenvolvimento Social, que falou a respeito dos
88 equipamentos e vagas disponíveis para Curitiba. Esse assunto será retomado posteriormente com a
89 Prefeitura de Curitiba e o Governo do Estado, para ver como será feito o encaminhamento. Fátima
90 colocou ainda, que algumas Instituições, do próprio Conselho, apresentaram contribuições, e o CERMA
91 foi o único que apresentou, de fato, uma proposição. Ela contou que esperava algo da UFPR, da UTFPR,
92 da PUC e da UNINTER, que também estavam presentes e possuem trabalhos importantes em relação a
93 esse assunto. Continuando, Fátima expôs que acha muito difícil reunir todos os Ministérios novamente,
94 mas que é possível realizar a Audiência Pública, como já está sendo esquematizado para alguns
95 municípios no decorrer deste ano. Esses municípios são os que possuem grande fluxo de migrantes, tal
96 como Londrina, Maringá, Foz do Iguaçu, Ponta Grossa e Pato Branco. Esse é um planejamento da SEJU
97 junto com o Ministério Público do Trabalho, através do Fórum. Outra questão a ser colocada por Fátima
98 foi a respeito do monitoramento do plano, que se finaliza em 2016. Dessa forma, a SEJU fará uma
99 reunião com todas as Secretarias de Estado e com as Instituições a fim de se fazer uma avaliação sobre
100 todas as ações do plano e em que medida cada Secretaria conseguiu avançar, além de atualizar o
101 próprio plano de acordo com as novas proposições que chegaram ao Conselho. Para finalizar, Fátima
102 reforçou que a apresentação do Conselheiro Ozeil foi muito importante para o conjunto das Instituições



Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR

que estavam lá. Foi uma apresentação organizada e que demonstrou o que era esperado de uma Audiência Pública. Dessa forma, também o parabenizou pelos encaminhamentos feitos por ele, junto com a SEJU, para a Senadora Gleisi e para o Deputado Veneri. Ela reforçou a possibilidade de realizar outra audiência, através da SEJU ou do próprio Conselho, mesmo que sem a presença de todas as autoridades máximas, mas com representantes de cada Ministério, uma vez que se quer, mais do que nunca o Estatuto aprovado e a construção de uma Política Nacional. O Conselheiro Ozeil agradeceu as palavras de Fátima e esclareceu que na Audiência anterior, estava prevista uma fala de 15 minutos para cada um, mas que foi diminuída para apenas 5 minutos. Para complementar, sugeriu que numa próxima oportunidade, a SEJU convide as autoridades para conversar com os Conselheiros, uma vez que a tarde deles estava um pouco ociosa. Por fim, ressaltou que o Centro de Referência possui o projeto perfeito, só precisa ser reivindicado para que se efetive no Paraná. O Conselheiro Paulo Henrique expôs que, desde o princípio, acreditava ser um momento inoportuno para a realização da Audiência, devido ao atual momento político do país e evidenciou a ausência de atores muito importantes dentro das Políticas Públicas. Paulo esclareceu quanto a sua fala, que elaborou com o auxílio de um artigo da assessora Louise Rocha sobre a história das Políticas Públicas de migrantes e refugiados do Paraná, mas que não foi possível devido ao tenso clima instaurado já no início da Audiência. Além disso, a sua fala foi incorporada à parte do Conselheiro Ozeil e da Conselheira Fátima, não havendo necessidade de seu pronunciamento. Paulo contou que a única colocação que gostaria de ter feito era referente à apresentação da professora da UFPR, quanto a validação de diplomas, que é uma questão do MEC e as Universidades não têm muito como trabalhar em cima disso. Por se tratar de um assunto da sua Secretaria, a de Ciência e Tecnologia e Ensino Superior, ele entende que a regulação do MEC é muito instrutiva em relação a isso, por validar o diploma visando uma política de educação e não humanitária. A Conselheira Márcia Dudeque informou que também participou da Audiência, e parabenizou Dr. Ozeil pela condução. Ela colocou que se perde muito tempo com os grupos e pessoas tentando impor sua ideologia e pensamentos políticos, deixando as pessoas "inflamadas". Além disso, a Conselheira citou a frase do Deputado Tadeu Veneri, que pode ter causado ainda mais confusão, visto que ele ameaçou dar voz de prisão caso os presentes não ficassem quietos. Evidenciou a presença de todos os Ministérios e considerou que, para ela, não houve menção de repúdio aos migrantes presentes. Para finalizar, Márcia disse que é preciso fortalecer o CERMA para levar aos migrantes os seus direitos de forma satisfatória. A Conselheira Tamara também fez suas colocações quanto a reunião, ressaltando que foi realizada em um momento inapropriado devido ao momento político, mas que teve muitos pontos positivos. A Conselheira Elizete sugeriu que o CERMA fizesse uma carta contendo um breve relato da Audiência a fim de se tornar público, até mesmo para que o Conselho vá se tornando conhecido enquanto organização. Ela informou, também, que os assessores do Deputado Tadeu Veneri estavam vendo a possibilidade de realizar uma

[Palácio das Araucárias](#)

Rua Jacy Loureiro de Campos s/n, Térreo – Centro Cívico

[Fone: \(41\)3221-7243 / 3221-7249 - CEP 80530-915 - Curitiba/PR](tel:(41)3221-7243)

137 reunião da Comissão de Direitos Humanos da ALEP junto às Instituições, a fim de dar encaminhamentos
138 às proposições. A Conselheira Sueli contou que não foi à Audiência, mas gostaria de ter ido. Ela solicitou
139 que se pense no calendário das próximas Audiências Públicas, para que os Conselheiros do interior
140 também possam se fazer presentes, até por questões de recursos. A Presidente fez uma ressalva quanto
141 a carta proposta por Elizete, afirmando que o Conselho não deve fazer uma carta sobre a Audiência
142 Pública, uma vez que essa foi muito conturbada. Desta forma, a Presidente sugeriu que fosse emitida
143 uma carta aberta sobre a atual condição dos Migrantes e Refugiados e qual a posição do Conselho em
144 relação a isso, podendo até citar a Audiência, mas sem que ela seja o enfoque. O Conselheiro Marcos
145 Calixto e a Conselheira Márcia Ponce se colocaram favoráveis à carta aberta com conotação positiva,
146 uma vez que os pontos negativos todos já conhecem. Elizete concordou e explicou que se expressou
147 mal, mas que sua ideia é de uma carta mais propositiva, dizendo o que já está sendo feito, apenas
148 mencionando a Audiência Pública como um espaço importante. O Dr. Ozeil concordou com a carta
149 propositiva e explicou que a Audiência Pública foi elaborada pelo Senado, por isso o problema em
150 relação a data. Ainda, informou que o Senado Federal organizaria outra Audiência Pública, dessa vez no
151 Rio Grande do Sul, e esse é momento do CERMA se colocar à disposição para prestar informações. Para
152 finalizar, Ozeil solicitou que Elizete leve ao Conselho as questões que achar pertinente, para que juntos
153 possam reivindicar, a fim de se ter mais força. A convidada Cláudia, do Ministério Público, informou que
154 um dos eixos de atuação do Centro de Apoio de Direitos Humanos vinculado ao Ministério Público é o de
155 Migrantes, Refugiados e Apátridas. Contou ainda que, nos demais eixos, já realizaram Audiências
156 Públicas no próprio espaço físico do MP, que se trata de um ambiente mais neutro, sem cunho tão
157 político. A Conselheira Fátima informou que a SEJU e o CERMA verificarão as datas das Audiências
158 Públicas, a fim de se evitar choques de datas e o chamamento em cima da hora. Quanto à reunião
159 proposta pelo Deputado Tadeu Veneri à Elizete, Fátima não conseguirá se fazer presente nela, porque a
160 SEJU estará em outra reunião junto com a Prefeitura de Curitiba e a Superintendência do Trabalho do
161 Paraná, para estreitar informações a respeito do Centro de Referência. Outra questão levantada por
162 Fátima é quanto a perspectiva da Política Pública que o Estado do Paraná tem que pensar e organizar
163 para além do plano. Ela afirmou que entraria em contato com o Deputado Tadeu Veneri para que ele
164 realize a reunião em outro dia. **8º – Apresentação:** Márcia Ponce e Tamara fizeram uma breve
165 apresentação de suas instituições, Cáritas Arquidiocesana de Londrina e SEDS, respectivamente. Uma
166 representante do ADUS (Instituto de Reintegração do Refugiado) também foi convidada a se apresentar.
167 Feitas as apresentações, abriu-se espaço as dúvidas pontuais, que foram sanadas em seguida. **9º –**
168 **Encerramento:** A Conselheira Fátima afirmou ter ficado feliz com o resultado da reunião, que teve
169 caráter explicativo. Ainda, indagou quais seriam as instituições a se apresentarem na reunião de Maio,
170 ficando definido o Conselho Regional de Psicologia do Paraná e SEED. Por fim, agradeceu a presença

21
22
23

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS – SEJU
DEPARTAMENTO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – DEDIHC

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR

171 das convidadas da ADUS, Martha e Monique, e de todos os Conselheiros presentes. Sem mais assuntos
172 a serem tratados, a Presidente declara o encerramento da reunião. A presente Ata foi lavrada pelo Núcleo
173 de Assessoramento aos Conselhos – Departamento de Direitos Humanos e Cidadania (DEDIHC) e, após
174 sua leitura e aprovação, será anexada à cópia da lista de presença assinada pelos integrantes presentes
175 nessa reunião.

[Palácio das Araucárias](#)

Rua Jacy Loureiro de Campos s/n, Térreo – Centro Cívico

[Fone: \(41\)3221-7243 / 3221-7249](tel:(41)3221-7243) - [CEP 80530-915](mailto:CEP.80530-915) - Curitiba/PR